

HABEAS CORPUS Nº 548.565 - PR (2019/0356828-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

IMPETRANTE : ALESSANDRO SILVERIO E OUTROS

ADVOGADOS : ALESSANDRO SILVERIO - PR027158

**BRUNO AUGUSTO GONÇALVES VIANNA -
PR031246**

**SYLVIO LOURENÇO DA SILVEIRA FILHO -
PR056109**

MARIA AUGUSTA OLIVEIRA DE SOUZA - PR074827

EDUARDA MIRI ORTIZ - PR091309

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

PACIENTE : IVAN CESAR ROSSONI

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

O **paciente** alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão prolatado pelo **Tribunal a quo**.

A defesa aponta a ocorrência de nulidade processual porque, "não obstante a pendência da oitiva das respectivas testemunhas da defesa, o Juízo processante realizou o interrogatório do Paciente" (fl. 5). Sustenta que "a oitiva do réu antes da oitiva de testemunhas configura circunstância anômala, que prejudica o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, inciso LV, da Constituição da República), máxime em sua dimensão de autodefesa" (fl. 9).

Requer, liminarmente, a suspensão do processo criminal n. 0002460- 81.2017.8.16.0150.

Indefiro o pedido de liminar.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto que a Corte estadual, ao denegar a ordem, consignou (fls. 92-93, grifei):

Da leitura do referido artigo e respectivos parágrafos verifica-se que **a expedição de carta precatória não suspende a instrução criminal, sendo que findo o prazo estipulado para cumprimento da mesma, poderá o feito inclusive ser julgado, pelo que o fato de ter sido**

realizado o interrogatório do acusado antes do retorno das precatórias não se constitui em nenhuma nulidade.

Destaque-se ademais que as cartas precatórias para oitiva das testemunhas Luciane Guimarães Gasparin e Alexandre Macorin de Lima, foram emitidas em 17.11.2017 (mov. 191.1 e 192.1, autos nº 0002460-81.2017.8.16.0150), com prazo de 30 dias para cumprimento, e até a data do interrogatório do ora paciente em 22.10.2019, ainda não haviam sido devolvidas, pelo que transcorrido o prazo assinalado para retorno das mesmas, possível a realização do interrogatório do acusado, não havendo se falar em nulidade. [...]

Deste modo, **em razão da ausência de demonstração de prejuízo ao acusado**, ora Paciente, consoante o artigo 563 do Código de Processo Penal e em atenção ao princípio *pas de nullité sans grief* não há que se falar em nulidade da audiência de instrução e julgamento realizada com o interrogatório do acusado, antes do retorno das cartas precatórias expedidas.

Relativamente ao assunto em discussão nestes autos, este Tribunal Superior tem afirmado: "Inexiste ilegalidade no interrogatório do acusado antes da juntada da carta precatória de oitiva de testemunha da defesa, uma vez que, conforme o disposto no art. 222, §§ 1º e 2º, do CPP, a expedição de carta precatória não tem o condão de suspender o trâmite da ação penal. Acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência desta Corte" (AgRg no AREsp n. 986.833/PE, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6ª T., DJe 28/4/2017)

Diante disso, entendo que **a medida de urgência formulada confunde-se com o próprio mérito do *mandamus***, motivo pelo qual deverá ser analisada em momento oportuno, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores do pedido.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e à autoridade apontada como coatora, encarecendo o envio de elementos indispensáveis à análise do alegado neste *writ*, via malote digital.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator